

COMPETÊNCIA LEITORA: UM ALICERCE PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA

Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi (IFFluminense)
ebalbi@iff.edu.br

RESUMO

A convicção de que o domínio da competência leitora e da habilidade de escrita representam alicerces fundamentais para um pleno exercício da cidadania torna indispensável uma busca permanente de adequar o dia a dia da sala de aula de português às constantes transformações da sociedade em que estamos inseridos e às frequentes modificações sofridas pela língua portuguesa ao longo do tempo. O ensino de língua/linguagem deve promover reflexão que leve o aluno a compreender o uso/funcionalidade da mesma e à percepção da intencionalidade do locutor do texto efetivando-se assim o caráter dialógico do texto. Fazer os alunos perceberem que os conceitos apresentados em suas aulas fazem parte da gama de textos que circulam em toda a sociedade e com os quais há necessidade de interagir deve ser o objetivo de todo professor de português, pois é o domínio da língua/linguagem que possibilita ao aluno ver a si mesmo e ao outro na sociedade, reconhecendo assim seu papel social. Tendo como objetivo evidenciar que só promovendo a reflexão dos alunos sobre a língua/linguagem usada em nossas interações sociais, sejam elas formais ou informais, é que de fato se efetiva o processo de ensino-aprendizagem da língua. Para isso, este trabalho se valerá da análise de textos de circulação em diferentes meios midiáticos.

Palavras-chave:

Leitura. Escrita. Língua Portuguesa. Prática Docente.

1. Considerações iniciais

Há muito se discute a relevância do ensino de gramática na escola, especialmente da gramática normativa. A concepção de que, ao ensinar a modalidade culta da língua, a escola está perpetuando a opressão imposta aos menos favorecidos cultural e socialmente, uma vez que essa modalidade é a da maioria dos indivíduos economicamente privilegiados enquanto que, por outro lado, a forma coloquial “pertence” aos oprimidos, ainda vigora em nossa sociedade. Tal fato pode ser constatado pela fala bastante comum de nossos alunos, inclusive os do Ensino Médio – que já frequentam os bancos escolares há mais de nove anos –, em que alegam não saber português. Essa afirmativa expõe a visão preconceituosa dos próprios estudantes em relação à modalidade da língua de que fazem uso em suas interações sociais cotidianas, deixando bem marcada a distância entre a língua que se estuda na escola e a que se aprende na vida.

Nas aulas de Língua Portuguesa (LP), faz-se imprescindível convencer o aluno de que a sua língua é a sua identidade e de que conhecê-la em suas diversas possibilidades de uso acarretará não só o desenvolvimento de sua capacidade comunicativa como também contribuirá para a sua formação cidadã, preparando-o para as diferentes situações que lhes sejam apresentadas em qualquer esfera, seja profissional seja social, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Como as situações que são vivenciadas ao longo da nossa vida em sociedade são bastante distintas, cabe ao professor de português levar o aluno a desenvolver sua competência leitora por meio da gama de gêneros textuais que nos cercam e, com isso, levá-lo a buscar sentido nas opções de uso da língua que têm como objetivo atender a cada uma das situações interacionais que vivenciamos e nas quais optamos por uma ou outra tipologia textual, bem como por um ou outro gênero textual que atenda à intenção comunicativa do locutor, orientando-o para que possa escolher a modalidade da língua e o texto adequado para cada interação comunicativa por ele vivida em seu cotidiano.

2. O processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa

O ensino da LP como se dá, ainda hoje, em muitas salas de aulas de nossas escolas contribui para manter o *status quo* da educação do Brasil uma vez que é grande o número de estudantes que, mesmo após cursarem todo o ensino fundamental e muitas vezes já concluintes do ensino médio ou até mesmo os que já finalizam todas as etapas da educação básica, desconhecem conceitos básicos da língua que usam em suas interações comunicativas tanto orais quanto escritas, formais ou informais. Essa realidade ressalta que o tempo de permanência de um aluno nos bancos escolares não condiz com o domínio dos conhecimentos linguísticos que ele leva ao deixar a escola. Tais asseverações advêm de experiências com classes de ensino médio (última etapa da educação básica) e com turmas de ensino superior, portanto partem de uma realidade empírica, que, por sua vez, motivou a busca por teorias científicas que conduzissem à modificação desse quadro.

Por ter o cenário educacional brasileiro preconizado durante muito tempo um ensino de língua normativo e prescritivo, que, inicialmente, parecia adequado, pois a escola era frequentada pela camada da sociedade de melhor poder aquisitivo e que fazia uso de uma

linguagem próxima da que aprendia nas aulas de LP, essa diretriz de ensino ainda é muito encontrada em salas de aula em todo o território nacional.

A adequação existente entre a língua normativa e prescritiva ensinada e o primeiro público das salas de aula entra em desequilíbrio quando as portas das escolas se abrem para as crianças filhas da classe trabalhadora e que não mantinham contato em sua vida para além dos muros escolares com o “português da escola”. Essa dicotomia entre ensino formal e o novo público das escolas provoca o sentimento de não pertencimento desses novos alunos com o universo escolar acarretando índices elevados de repetência e evasão escolar, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Visto que o propósito consiste em fazer reflexões sobre o ensino de LP na educação básica, os PCN, documentos norteadores da educação no país, foram tomados como fonte inicial e, sobre o ensino de língua materna, eles estabelecem uma relação direta entre conhecimento e domínio da língua/linguagem e o exercício da cidadania.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 19)

Essa orientação dos PCN de que o ensino de LP deve conduzir o aluno para uma efetiva participação cidadã na sociedade em que está inserido levando-o a um comportamento mais reflexivo sobre o mundo que o cerca e também a reconhecer seus direitos e deveres para com a sociedade, inculcando nele o sentimento de pertencimento, de identidade que o domínio da língua/linguagem proporciona não poderá ser alcançado enquanto a escola insistir em impor um ensino tradicional aos estudantes.

Ao aproximar factualmente o universo escolar do universo do aluno, a escola estará admitindo os diferentes usos da língua/linguagem e propiciando um espaço de novas opções no que tange ao conhecimento e domínio do português.

Uma prática docente relevante nesse processo é a avaliação e, para que ela se processe de forma efetiva, e não como mecanismo excludente, é necessário compreendê-la não apenas como ação exclusiva do professor com incidência somente nas atividades de ensino em que o papel do professor consiste, segundo CUNHA (2012, p. 123) “em uma tentativa de controle constante de erros e acertos nas produções, no intuito de evidenciar os primeiros e automatizar os segundos”, para esse mesmo autor (*Idem*), a concepção atual está voltada para “um aprendente valorizado enquanto sujeito da aprendizagem, que precisa aprender a analisar e dirigir suas próprias ações com a mediação do professor”. Sendo assim, as aulas de LP devem ser pautadas em propostas reflexivas de construções linguísticas presentes nos textos com os quais nos defrontamos todos os dias. Para Travaglia (2011),

(...) as condições de existência sociocultural são grandemente dependentes da língua; assim, quanto mais domínio dos recursos e mecanismos desta tiver, melhor a pessoa se movimentará dentro desta sociedade e, portanto, melhor qualidade de vida terá. (TRAVAGLIA, 2011, p. 15)

Essas considerações corroboram com a proposta dos PCN de as aulas de LP serem mecanismos de formação do aluno para o exercício da cidadania. Travaglia reforça também a concepção de que o conhecimento e domínio da língua é caminho para a modificação do *status* social dos indivíduos. Objetivando levar o estudante a crescer na sociedade, o professor de LP deve ser criterioso na seleção de textos com os quais vai desenvolver sua prática em sala de aula, de modo que possa, ao fazer uso da diversidade de gêneros textuais presentes em nossas interações sociais cotidianas formais ou informais, de fato, capacitá-lo para isso.

3. *Leitura: andaime para o conhecimento da língua*

O ensino de língua, ao ser feito desvinculado do mundo que nos cerca, não contribui para a formação de um aluno capaz de refletir, avaliar, criticar e formar uma opinião própria sobre questões que nos são postas na vida em sociedade.

A leitura é elemento fundamental para o desenvolvimento da capacidade reflexiva, para o aprimoramento da criticidade no homem. Ler, seja um texto oral ou escrito, precisa ser uma atividade que agrega a leitura de mundo, isto é, ler o texto com o conhecimento de mundo e ler o mundo com o conhecimento advindo dos textos, visto que somos textos em constante diálogo com outros textos. Para Rezende (2007) “nós nos

lemos no que lemos. Ao lermos, nos lemos no mundo e lemos o mundo. E vamos descobrindo a nós mesmos, ao outro, aos outros, o nosso lugar, os outros lugares...”. É essa relevância atribuída ao texto que permite considerá-lo instrumento para o ensino de língua, mas, para que o trabalho com textos amplie o domínio da língua, é necessária uma abordagem mais profunda do texto, para além de sua superficialidade como normalmente vem sendo feita na educação básica.

A escola portanto deve levar o aluno a refletir sobre a língua que usa enquanto se manifesta em sua vida em sociedade, em seu cotidiano, na linguagem de que se apropria para interagir socialmente. Sobre o ensino de gramática e o papel desta nas interações sociais, Neves diz:

Coloco a gramática na conjunção das relações sintáticas, semânticas e pragmáticas, sempre na concepção de que esses componentes se entredeterminam na direção de ativar o processo de interação verbal, com vista ao efeito pretendido pelos interagentes. Fazer o estudante mergulhar nessa ativação dos processos de constituição dos enunciados é o que cabe a escola, se, de fato, ela quer fazê-lo chegar ao domínio da gramática da língua. (NEVES, 2010, p. 9-10)

Sendo assim, o ensino da gramática da língua deve proporcionar ao estudante a capacidade de, em qualquer situação comunicativa, expressar-se com propriedade atingindo o objetivo comunicativo a que se propôs.

A seleção de textos encontrada nos livros didáticos adotados nas escolas da educação básica costuma apresentar fragmentos de textos literários tanto em prosa quanto em versos, textos jornalísticos, tirinhas, charges, piadas entre outros. Vale destacar aqui que a justificativa para o uso de fragmentos de textos literários sempre é de que é a forma encontrada para que os estudantes conheçam um pouco da nossa literatura. Ação vista por muitos como não apropriada, pois reforça toda a fragmentação que ocorre no ensino, como por exemplo o estudo das classes gramaticais ser desvinculado do das funções sintáticas, uma vez que há, em virtude da diversidade de construções possíveis com uma mesma palavra, diferentes possibilidades de categorizá-la, tal fato reforça a ideia da necessidade de contextualização do texto a ser explorado para o ensino da gramática da língua.

Acredita-se que a exploração de textos comuns no cotidiano dos alunos seja mais eficaz para introduzir essa nova forma de estudo da língua, uma vez que apresenta-se com maior concretude aos estudantes e, por isso, levá-los com maior facilidade a refletir sobre a língua com a

qual estabelecem contato nas situações vivenciadas no dia a dia. Essa reflexão proporcionará aos alunos, usuários da língua, o aprimoramento da competência comunicativa, pois serão capazes de selecionar, em qualquer situação comunicativa na qual estejam envolvidos, o texto adequado ao seu objetivo, ao seu interlocutor, ao contexto.

4. Ensino de língua: reflexão e aprendizado

Mesmo após o estudo da língua por todos os anos do ensino fundamental, é comum a dificuldade dos alunos em relação à identificação dos termos da oração – reconhecimento que contribui para a apreensão de sentido do texto – à compreensão de que o papel do adjetivo está para além de dar qualidade a um substantivo, de que o estudo dos artigos e dos pronomes não pode ficar limitado à classificação, mas que são relevantes na construção do texto. Essas são apenas algumas das dificuldades observadas nos estudantes oriundos de do primeiro segmento da educação básica, ressaltando-se que a dificuldade é comum tanto em alunos da rede pública de ensino, quanto da rede particular.

Os professores de LP, muitas vezes, preocupados em cumprir todo o planejamento correm com o conteúdo e acabam por ficar quase que integralmente presos ao livro didático, não conseguindo despertar o interesse de seus alunos, visto que a dicotomia entre o universo escolar e a realidade se mantém nessa configuração de aula. Com relação ao trabalho com textos nas salas de aula, Braga e Silvestre (2009) destacam que

O que ocorre com frequência na sala de aula é o texto ser tratado como um discurso desvinculado de seu autor, de sua fonte, enfim, de seu contexto. Não estamos afirmando que o professor não cita a fonte, o autor, a edição etc. O que se quer dizer é que não se dá a essas informações a importância que têm para a construção do sentido do texto. (BRAGA e SILVESTRE, 2009, p. 20)

Assim como é feito com o texto, o ensino de língua se faz pela “decoreba” de regras que são apresentadas aos estudantes em frases descontextualizadas. Essa metodologia contribui para a rejeição que sentem os alunos por sua própria língua. Para Antunes (2014), um estudo descontextualizado da língua

(...) só pode resultar, na prática da sala de aula, em opções de: fazer listas de palavras; identificar sua classe morfológica; formar e analisar frases soltas; identificar a função sintática de termos e orações; ...; ... fazer aquelas coisinhas “sem graça e sem proveito” que todos nós, mais velhos, nos cansamos de fazer! (ANTUNES, 2014, p. 16)

A prática docente, no que tange ao ensino de língua, ao se fazer mais significativa para o aluno, isto é, mais real, mais presente no seu espaço social, deverá propiciar maior capacidade de reflexão e, conseqüentemente, promover o aprendizado de questões da língua.

5. Conectando a teoria e a prática

Pautar no texto a exploração de questões linguísticas parece ser o caminho para aproximar os alunos da língua em seus diferentes registros e para desenvolver a habilidade dos estudantes em adequar a língua à situação comunicativa em que estão inseridos.

A identificação, por exemplo, de sujeito é feita pela maioria dos alunos como o termo que inicia a oração, levando à conclusão de que não sabem perceber que o sujeito tem uma função na frase e justificando a confusão que fazem entre sujeito e vocativo. Há alunos que identificam corretamente o vocativo, porém pautam sua resposta apenas na presença ou ausência de vírgula, sugerindo ter memorizado que esta é a diferença entre tais termos.

Estabelecer a diferença entre sujeito e vocativo pode partir de frases que fazem parte de nossas interações sociais que sejam contextualizadas e que, portanto, constituirão um texto ao serem apresentadas dentro do contexto de uso.

Ao apresentar as frases para análise dos alunos, o professor deve pedir que reflitam sobre elas e que criem uma situação comunicativa para cada uma delas. Servem como exemplo as frases:

- (1) Maria pode entrar agora.
- (2) Maria, pode entrar agora.

A contextualização dessas frases levará à percepção da diferença entre sujeito e vocativo, visto que tornará possível perceber que há uma clara distinção do interlocutor de cada uma delas. Na primeira, a mensagem é dirigida a uma outra pessoa; na segunda, a própria Maria. O professor pode explorar esses exemplos para marcar o emprego do sujeito implícito (também identificado como oculto ou desinencial) enquanto elemento que contribui para a construção do texto evitando repetição de termos e atuando na coesão textual.

Em classes do ensino médio, há recorrência na definição dos alunos de que adjetivo é a “palavra que dá qualidade a um substantivo”. Definir adjetivo dessa forma indica ser restrita, parcial, a visão dos alunos em relação ao papel do adjetivo em nossa língua. Sobre o ensino dos adjetivos, Neves diz que

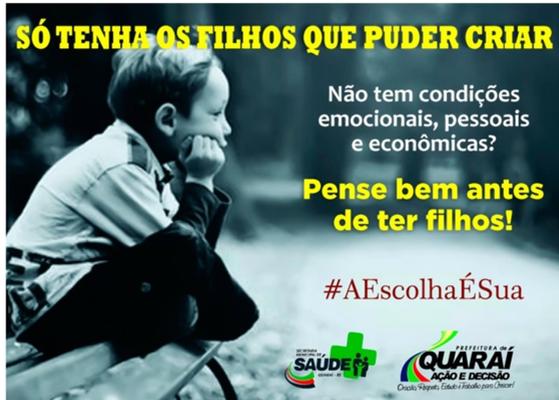
Aprendemos durante a vida toda que adjetivo é a palavra que qualifica o substantivo. Como ocorre com tudo o que se aprende de “gramática” na escola, ninguém nos desafiou a pôr essa definição à prova. Ninguém nunca nos pediu, por exemplo, que disséssemos qual a qualidade que está sendo atribuída ao substantivo *hospital*, quando a ele se junta o adjetivo *infantil* (*hospital infantil*) ou ao substantivo *perícia*, quando a ele se junta o adjetivo *médica* (*perícia médica*). (NEVES, 2010, p. 179)

Ainda sobre a abordagem do papel dos adjetivos em nossa língua, Neves continua

Se tivessem feito isso enquanto éramos aluninhos, já naquela primeira vez em que a categoria adjetivo” nos foi apresentada, com certeza nos teriam posto em situação de dizer *Não sei*, e de provocar alguma discussão. Como teria sido bom, já que discutir questões, afirmações, categorizações é o que mais a escola tem de fazer! Saídos da escola, profissionais já, possivelmente até professores de português, talvez ainda nos perturbemos um pouco se tivermos de pôr tal definição de adjetivo à prova (NEVES, 2010, p. 179).

Visando colaborar com a discussão sobre o emprego dos adjetivos na língua e a contribuição deles para o sentido dos textos, questiona-se a organização dos adjetivos que “qualificam” o substantivo *condições* na frase presente no outdoor que a prefeitura de Quaraí (RS) expôs nas ruas do município.

Em atividade proposta em sala de aula, numa leitura superficial do texto, levou os alunos a criticarem a prefeitura pela proposta de um “controle de natalidade”, pois, na opinião da maioria dos alunos, ela (a prefeitura) não quer gastar ajudando as pessoas carentes a cuidarem dos seus filhos proporcionando-lhes ajuda com medicamentos, fraldas, alimentos diferenciados e caros.



<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/prefeitura-lanca-campanha-so-tenha-os-filhos-que-puder-criar/> Acesso em 20 jun 2018.

Esse exemplo permitiu trabalhar com os alunos um pouco de seleção e organização das palavras no texto e evidenciar para eles a diferença de sentido que pode provocar. Mostrar que a mensagem passa pela questão econômica também, mas que esta não é a causa principal de o texto ter sido produzido e posto em circulação. Desenvolvendo a leitura do texto a partir da escolha do adjetivo *emocionais*, sendo o primeiro a ser mencionado, levou-se os alunos a reavaliarem a situação e perceberem que, para além dos gastos que a prefeitura pudesse vir a ter, estava a condição emocional de cada uma das crianças que nascem em famílias desestruturadas sob o ponto de vista psicológico, social e econômico.

É preciso procurar entender a leitura inicial dos alunos, pois em sua maioria, vivem com dificuldades financeiras, mas são capazes de perceber que há outras realidades além da que vivenciam e, por isso, após as primeiras discussões, foram capazes de lembrar dos inúmeros abrigos onde vivem crianças frutos de famílias que, muito mais por motivos emocionais, não apresentam condição de criá-las.

Justifica-se a opção por apresentar questões envolvendo textos que exploram a linguagem não verbal, pois apesar de o mundo que nos cerca ser imagético, a dificuldade demonstrada em se fazer leitura do não verbal é muito grande e não está presente apenas na vida dos estudantes. Essa complexidade leva os alunos a rejeitarem propostas de trabalhos com tirinhas, charges, cartuns e qualquer outro gênero que tenha na imagem contribuição para a construção de sentido do texto.

Outro aspecto da língua para o qual os alunos sempre apontam ter dificuldade é na construção de argumentos, ao ser solicitado a eles que justifiquem uma resposta convencendo aos seus interlocutores de que a sua é a resposta correta, sempre alegam não saber o porquê de acharem ser aquela a melhor resposta.

Trabalhar a argumentação em sala de aula da educação básica pode ser feito a partir de situações corriqueiras passíveis de estarem presentes no universo de qualquer um de nós. Evidenciar para os alunos que, no campo da argumentação, é possível usar os argumentos para convencer ou persuadir o interlocutor. Sobre esses dois conceitos, Valente (2011) diz que “faz-se necessário distinguir *convencer* de *persuadir*. No primeiro caso, queremos que o outro pense como nós. No segundo, que aja como nós.” Depois da apresentação desses conceitos, é possível compartilhar com os alunos situações do mundo real em que busca-se convencer ou persuadir alguém a algo, desmistificando o sentimento de incapacidade que marca, de modo geral, os alunos da educação básica.

Em função do discurso dos alunos que apontam as suas dificuldades e buscando-se a aproximação com a língua utilizada pelos estudantes, optou-se por usar um texto atual (fragmento de uma música bastante conhecida) associado à imagem o que proporcionou fazer uma leitura de duas linguagens – verbal e não verbal – levando o aluno a perceber que, nos textos do mundo com os quais precisa interagir, encontram-se as duas linguagens a serem lidas.



<http://www.topimagens.com.br/outros/9380-vai-namorar-comigo-sim.html>

Acesso em 20 jun 2018.

A leitura da imagem é que permite a identificação do argumento usado pela menina para convencer o menino a se casar com ela. A reação dele ao levantar os braços e a sua expressão facial fazem supor a sua rendição ao argumento dela.

Nesse texto pode-se explorar questões gramaticais/linguísticas tais como pontuação e a ideia de condicionalidade provocada pelo uso da conjunção *se*, mas esses não devem ser os pontos principais do trabalho com o texto.

Para explorar a coerência, selecionou-se um texto que também mescla as duas linguagens – verbal e não verbal – e, que possibilita ao estudante perceber que há casos em que a coerência depende da visão de mundo e da situação vivenciada pelos interlocutores.

O texto escolhido possibilita o exercício de se colocar na posição do outro para entender o texto produzido por ele. Essa troca de lugar com o outro pode contribuir para uma maior compreensão do mundo e para levar a uma melhor integração com os outros.



- Quer se casar comigo?
- Não posso... Na minha família a gente se casa entre nós mesmos... Meu avô se casou com a minha avó, meu tio se casou com a minha tia, meu pai se casou com a minha mãe...

<https://me.me/i/vai-namorar-comigo-sim-e-se-reclamar-wai-casara-na-8551364>

Acesso em 20 jun 2018.

O texto possibilita ver a coerência na fala da menina se nos transpusermos para o universo de conhecimento dela. O valor do trabalho com textos assim está em promover a reflexão dos alunos acerca dos textos que os rodeiam.

6. *Considerações finais*

Despertar no estudante a consciência de que a língua está muito presente em sua vida é despertar nele interesse para aprimorar seu conhecimento e ampliar seu domínio das questões linguísticas que envolvem a sua interação na sociedade. Esse deve ser o propósito dos professores da educação básica tanto da rede pública quando da iniciativa privada.

Uma concepção pragmática do ensino de LP contradiz a concepção de língua como mera fonte de informação a ser passada pelo professor, em que o aluno assume papel de receptor do conteúdo o qual se apresenta para ele como vazio de significado e possibilita uma visão da língua como atividade interacional e, portanto, pertencente a qualquer falante da língua portuguesa.

Ainda que, muitas vezes, os professores têm dificuldade de inovar em suas aulas pela cobrança que sofrem do cumprimento do conteúdo, mas os exemplos apresentados neste trabalho permitem perceber que o planejamento pode ser seguido e que a inovação está na abordagem com que o professor irá desenvolver sua prática em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada*: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2014.

BRAGA, Regina Maria; SILVESTRE, Maria de Fátima. *Construindo o leitor competente*: atividades de leitura interativa para a sala de aula. São Paulo: Global, 2009.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental*. Língua Portuguesa. Brasília: MEC. 1998.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parte II*: Linguagens Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC. 2000.

CUNHA, Myriam Crestian. A sequência didática: renovação e mesmice em práticas de ensino aprendizagem do Português. In: *Práticas em sala de aula de Línguas: Diálogos necessários entre teorias e ações situadas*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em conflito*. São Paulo: Contexto, 2010.

REZENDE, Lucinea Aparecida. *Leitura e visão de mundo: peças de um quebra-cabeças*. Londrina, Paraná: Eduel, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2011.

VALENTE, André. Argumentação e textualidade em crônicas jornalísticas. In: *Língua Portuguesa: descrição e uso*. São Paulo: Parábola, 2011.